

CONTEXTO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CONCÍLIO VATICANO II¹

Ney de Souza*

Do Concílio Vaticano I ao Concílio Vaticano II: o caminho intermediário

Uma análise da sociedade no caminho do Vaticano II

O período que antecede o Concílio Vaticano II revela uma sociedade repleta de mudanças. Em pouco tempo diversos acontecimentos trouxeram grandes transformações que afetaram a humanidade. O evento convocado pelo papa Pio IX, o Concílio Vaticano I (1869-1870), não chegou ao seu fim devido à guerra franco-prussiana. O fato particular é na realidade revelador de uma série de fenômenos que se pensava terem sido superados cinquenta anos antes.

A Revolução Industrial continuava a trazer inovações e, para entendê-las, eram necessárias novas abordagens. A industrialização não só aumentou a produção de bens de consumo já existentes, mas também introduziu novos. Não era uma revolução do carvão ou do ferro, apesar de estes produtos permanecerem fundamentais. Depois de 1870, iniciava-se a idade do aço e da eletricidade, do petróleo e da química.

O modo capitalista de produção, sustentado pelas técnicas da industrialização, se inseria de uma maneira sempre mais determinante por toda a sociedade. A industrialização operou transformações rápidas não só na Europa, mas até em civilizações antigas e tradicionais como a japonesa. Por meio do sistema industrial, criou-se um mercado mundial que favoreceu a penetração européia em todos os países do mundo.

A grande industrialização e a rede criada por ela despertaram também uma série de contradições e conflitos que até então estavam latentes. O regime liberal democrático se mostrou incapaz tanto de integrar os trabalhadores na nova dinâmica social como de garantir-lhes seus direitos. Isso fez com que surgissem diversas revoltas operárias em muitos países. Tal processo culminou com a revolução bolchevista e com o nascimento da União Soviética.

¹ O texto completo, com as notas de rodapé, encontra-se em Bombonato, V. e Gonçalves, P.L. *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. SP: Paulinas, 2004.

* Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma (Itália). É professor de História da Igreja no Centro Universitário Assunção (UNIFAI) e membro da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER).

Poder-se-ia afirmar que o anúncio do Concílio Vaticano II foi inesperado, sobretudo se comparado com os antecedentes históricos. Por outro lado, ao analisar os pontificados anteriores e a relação da Igreja com o mundo moderno, será possível constatar uma grande diferença entre alguns pontificados, como o de Pio XII e o de João XXIII. Roncalli, talvez sem consciência disso, foi um catalisador histórico dos tempos.

Antecedentes do Vaticano II

As etapas deste processo remontam ao pontificado de Pio X, no início do século XX, com a pesquisa aprofundada sobre a história dos concílios. Contudo, em 1913 o papa determinou que a renovada Congregação do Santo Ofício deveria assumir o adjetivo “suprema”. No início do século XX, a Igreja colocou nas mãos do papa a direção desse organismo burocrático centralizador que procurava e condenava erros. Esse gesto foi uma antecipação dos estados ideológicos ou um passo na redução radical do pluralismo, da diversidade, sob o pretexto de erro?

Numa linha intermediária e de grande importância histórica para a compreensão da modernidade e do evento conciliar situa-se o pontificado de Bento XV (1914-1922). O papa envolveu-se nas questões relativas à I Guerra Mundial, mas sem sucesso. O caos global da Guerra (1914-1918) tornou evidente que os principais valores da modernidade estavam em crise: a absolutização da razão, do progresso, da nação e da indústria. A total crença na razão, no progresso, no nacionalismo, no capitalismo e no socialismo fracassara. A Europa estava pagando um preço alto com os movimentos reacionários do fascismo, do nazismo e do comunismo. Esses movimentos idealizavam, de uma maneira moderna, a raça e a classe, e seus líderes impediram uma ordem mundial nova e melhor.

A I Guerra Mundial colocou em marcha a revolução global que se tornaria explícita após a II Guerra Mundial: “a mudança do paradigma eurocêntrico de modernidade”, que tinha uma marca colonialista, imperialista e capitalista. O novo paradigma que começou a se desenvolver — o da pós-modernidade — seria global, policêntrico e de orientação ecumênica. A Igreja católica veio a reconhecer isso somente em parte, e um pouco tarde.

O sentido do pontificado de Pio XI (1922-1939), no entreguerras, precisa ser compreendido dentro dos acontecimentos políticos de seu tempo: uma humanidade oprimida pelo totalitarismo gerado pela sociedade de massa, as profundas diferenças ideológicas que tornaram particularmente dura a guerra civil, os valores cristãos e a Igreja hostilizada e perseguida. O desenrolar do pontificado de Pio XI acontece durante a dramaticidade de grandes eventos que marcam o mundo contemporâneo: fascismo, nazismo e totalitarismo stalinista. Todo esse contexto justificava, de certo modo, sua política concordatária realizada na Itália através

dos Pactos Lateranenses, de 1929. O desenvolvimento de suas atividades será explicitado através de suas encíclicas: *Non abbiamo bisogno* (1931), *Quadragesimo anno* (1931), *Mit brennender Sorge* (1937), e, *Divini Redemptoris* (1937).

O papa Pio XI governou a Igreja de uma maneira que o Reino de Deus fosse propagado através dos leigos da Ação Católica. O grupo deveria ser um braço continuador da hierarquia. O movimento de leigos está na base da preparação do Concílio Vaticano II. Apesar dessa intenção inicial, os leigos da Ação Católica levaram os colegiais (JEC, Juventude Estudantil Católica), os universitários (JUC, Juventude Universitária Católica), os operários (JOC, Juventude Operária Católica; ACO, Ação Católica Operária), os jovens do campo (JAC, Juventude Agrícola Católica) e pessoas dos meios independentes (JIC, Juventude Independente Católica) a inserirem-se nos seus ambientes específicos a tal ponto que eles trouxeram para dentro da Igreja toda a problemática e reflexão moderna de seus meios. Essa atuação do laicato no mundo, seu engajamento, assumindo compromissos políticos, levou a uma maior participação dentro da Igreja, requerendo uma maior formação espiritual e teológica. Foi nesse contexto que o laicato defrontou-se com os problemas da modernidade. É evidente que em 1962, no início do Concílio, a modernidade freqüentava diversos ambientes da Igreja. Grandes pensadores — Como Congar, Maritain e Mounier — desenvolveram reflexões teológicas e teóricas sobre a presença do leigo cristão na Igreja e no mundo. Toda essa mentalidade estava caracterizada pelos sinais da modernidade.

O papa Pio XI também encorajou o clero autóctone nas missões. Numa encíclica antiecumênica explicou longamente por que os católicos foram proibidos de participar da grande conferência de Lausanne, realizada pela organização Fé e Ordem — uma predecessora do Conselho Mundial de Igrejas — em 1929. Em 1930 lança o documento *Casti connubii*, que colocará a Igreja a caminho do controle de natalidade.

Diante das medidas racistas baixadas na Itália em junho de 1938 e também do agravamento do problema judaico na Alemanha, Pio XI confiou ao jesuíta americano John La Farge a tarefa de preparar um texto sobre a unidade do gênero humano. O objetivo do texto era condenar em especial o racismo e o anti-semitismo. O esboço do texto chegou às mãos do papa somente no final de 1938. O papa estava doente e, em seguida morreria; a encíclica jamais foi publicada.

Seu sucessor, Pio XII, fez ressurgir o projeto de uma civilização cristã. Eugenio Pacelli, que havia sido núncio em Munique, teve um pontificado de extremos. Foi acolhido de maneira entusiástica, mas depois de sua morte, houve um sensível esfriamento em relação à sua pessoa. Isso se explica pelo notável contraste entre sua figura e orientação e as de seu sucessor, João XXIII (o papa do século).

Pio XII representava a encarnação do papado em toda a sua dignidade e superioridade. Herdara de seu antecessor uma Igreja fortemente centralizada. As atividades deste papa foram tendo um outro tom diante,

principalmente, de suas relações com a Alemanha e o nazismo. Seus textos e pronunciamentos levam a análise de que seu pontificado foi uma procura de propostas alternativas aos regimes totalitários.

O magistério de Pio XII poderá ser compreendido através de suas mensagens, discursos e encíclicas. Nenhum documento retratou a questão social. Seu pontificado pode ser considerado como o último da era antimoderna. Teve diversos aspectos autoritários durante seu pontificado: rejeitou as doutrinas evolucionistas, existencialistas, historicistas, e suas intervenções na teologia católica foram de grande relevância, como as censuras feitas a Maritain, Congar, Chenu, De Lubac, Mazzolari, Milani e aos padres operários franceses.

A situação mundial — e até em muitos aspectos no interior da Igreja — respirava um ar desejoso de novidades. Pio XII via de forma positiva as reformas, mas sua atitude tendia para uma prudência exagerada. Tinha profunda intuição das mudanças radicais que se anunciavam no mundo e da necessidade, por parte da Igreja, de não perder o contato vital com essa realidade. No entanto, a sua extrema prudência, transparente em seus atos, não era apenas devido ao seu caráter e formação. Levando-se em conta o ambiente conservador da Cúria Romana e as circunstâncias históricas, pode-se ter um quadro amplo das atitudes deste papa.

Sua preocupação, cada vez maior, com uma Igreja envolvida num mundo de agitações e tensões explica, em parte, por que Pio XII começou a centralizar o governo em suas mãos. Pacelli via na exposição da doutrina da Igreja em face dos muitos problemas do mundo moderno sua missão mais importante. Publicou grande número de encíclicas. As principais foram *Mystici corporis* (1950) e *Humani generis* (1950). A primeira trata da identidade e do ordenamento da Igreja, com franco combate à nova teologia (*nouvelle théologie*). A segunda determina a posição do pontífice a respeito da moderna teoria evolucionista, contendo recusa a algumas hipóteses da escola de Teilhard de Chardin (sem citar nomes). Suas encíclicas, em geral, têm um tom suave e se destacam pela ausência de condenações pessoais. Uma especial atenção dispensou à questão sobre Maria. Em 1950, proclamou o dogma da Assunção de Nossa Senhora.

As questões relativas ao mundo teológico ^{tomaram}-lhe muito tempo, prejudicando outras atividades. A influência retrógrada da Cúria Romana funcionou praticamente durante quase todo seu pontificado. Exemplo disso é o caso dos padres operários franceses, experiência interrompida por Roma. Outro fato foi a proibição de lecionar e publicar imposta a teólogos de renome, já citados. Estes que teriam papel importante no Concílio Vaticano II. O livro de Chardin *O fenômeno humano* acabou impresso numa editora não-católica. Esses e outros casos idênticos pareciam justificar a queixa freqüentemente ouvida, de que dentro da própria Igreja existia uma opressão espiritual. A crise já estava estabelecida e era desejo do papa convocar um

concílio. Discretamente, foram realizados os primeiros preparativos, mas seu estado de saúde, cada vez mais precário, impossibilitou a continuação dos planos.

A tendência tridentina foi tornando-se cada vez mais minoria. E, dentro do processo histórico que foi sendo gestado, vão sendo colocados os pilares do diálogo com a modernidade. Esse diálogo terá seu evento maior no Vaticano II, Concílio da modernidade, o qual teve a arte de reconciliar a Igreja católica com o mundo moderno.

Os movimentos bíblico e litúrgico dominaram as décadas de 1920 e 1930 e inspiraram a consciência crescente do final da década de 1930 e de toda a década de 1940.

A exegese bíblica, que ficara para trás em relação à ciência bíblica protestante, aprendeu desta última o aproveitamento das ciências auxiliares, como, por exemplo, a lingüística, a arqueologia e a ciência comparada das religiões. Outro fator importante foi o reencontro com os santos padres e o estudo da história eclesiástica, que beneficiaram a dogmática e o movimento litúrgico. A influência do pensamento medieval e de Tomás de Aquino deram lugar a um diálogo com o existencialismo moderno e a filosofia fenomenológica. O jesuíta francês Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955) empreendeu uma tentativa inédita de conciliar fé e ciência: sua visão evolucionista do mundo e da humanidade inspirou uma nova e mais ampla inteligibilidade da existência humana, também em sua dimensão religiosa.

Em outubro de 1958 faleceu Pio XII, depois de uma longa enfermidade. O conclave, que se reuniu no mesmo mês, elegeu o patriarca de Veneza, cardeal Ângelo Roncalli, que adotou o nome de João XXIII (1958-1963).

Sua eleição foi recebida com grande surpresa. Para o grande público, Roncalli era um desconhecido. Sua eleição parecia ser mais uma daquelas de simples transição, pois o cardeal já tinha 77 anos. Não se havia destacado nos cargos que havia ocupado — dentre eles o de núncio na Bulgária e na França —, nem em outro campo eclesiástico. Havia uma certa decepção com o nome anunciado depois da eleição. Poder-se-ia esperar dele abertura às necessidades do mundo moderno? Até fisicamente diferenciava-se de seu antecessor, pois era de corporalidade volumosa e estatura pequena. É evidente que nessas circunstâncias os boatos começaram a correr. Alguns afirmavam que o conclave o havia escolhido porque não havia entrado em acordo sobre outro candidato mais qualificado. Teria sido uma aliança entre cardeais conservadores e progressistas. Tendo em conta sua idade avançada e seu anonimato, tudo levava a pensar que sua eleição era uma idéia aceitável.

Logo vieram as surpresas, não só pela sua “jovialidade” e simpatia, muito diferente de Pio XII, mas por seu projeto: convocar um concílio. Três meses depois de ocupar a cátedra de São Pedro, em janeiro de 1959, após uma missa por intenção da unidade de todos os cristãos, celebrada na Basílica São Paulo

Extramuros, revelou sua intenção de iniciar durante o seu pontificado uma ampla reforma da Igreja por meio de um concílio ecumênico. Os cardeais Lercaro e Montini manifestaram preocupação. Apesar do desejo de realizar um concílio para concluir os trabalhos do Vaticano I, não existia, de fato, tal vontade na Cúria Romana. A Cúria sempre pensou que a direção da Igreja estava na própria Cúria, e em boas mãos. Sendo assim, uma assembléia internacional, com membros do episcopado de todos os recantos, causaria mais confusão do que vantagens. Esse fato ilustra bem a vitalidade espiritual e a coragem de João XXIII. É bem provável que o papa não tenha compreendido, no seu contexto, a revolução que seria o Concílio. Não é inverossímil que ele quisesse uma reforma do sistema, mas não pensava que fosse marcar o fim de uma época. Contudo, a história iria em direção diferente, e suas forças superaram as intenções de Roncalli.

Em várias ocasiões o papa explicou suas motivações de convocar um concílio. Era necessário limpar a atmosfera de mal-entendidos, de desconfiança e de inimizade que durante séculos tinha obscurecido o diálogo entre a Igreja católica e as outras Igrejas cristãs. A mais importante contribuição, por parte da Igreja, para a unidade e a tarefa essencial do Concílio seria o programa mencionado por João XXIII: *aggiornamento*. Uma atualização da Igreja, uma inserção no mundo moderno, onde o cristianismo deveria se fazer presente e atuante. O ponto fundamental dos seus discursos estava na explicação clara das falhas da Igreja e na insistência da necessidade de mudanças profundas.

Ao contrário de outros eclesiásticos do passado e do seu próprio tempo, não via no reconhecimento das limitações e lacunas da Igreja um sinal de fraqueza, mas sim de força.

No decorrer do pontificado aconteceram outros acontecimentos marcantes para a modernidade. Deixou de nomear só cardeais italianos ou europeus e alargou seu colégio cardinalício com a nomeação de um negro, um filipino e um japonês. Iniciou contatos ecumênicos com o arcebispo anglicano de Cantuária, com o monge protestante de Taizé Roger Schutz e com o patriarca ortodoxo Athenágoras. No aniversário de 80 anos do líder soviético Khruchtchev enviou-lhe telegrama de felicitações, criando um vínculo de relações com o mundo comunista. Tempos depois, recebeu Alexei Adjubei, diretor do *Izvestia* e membro do comitê central do partido comunista soviético.

Mas seria uma grande ingenuidade histórica concluir que todo o seu pontificado foi inovador. Em diversos âmbitos permanecia restrito a questões conservadoras. É necessário observar que as possibilidades surgidas nesse pontificado foram agarradas e transformadas num grande diálogo com a modernidade. Esses passos continuaram, como se observara a seguir, na preparação para o evento conciliar.

João XXIII antecipou inúmeras vezes a data de abertura do Concílio. Inicialmente marcado para 1963, foi aberto, de fato, em 11 de outubro de 1962. Uma atenção especial foi dada às Igrejas cristãs. Fundou-se o Secretariado para a Unidade dos Cristãos. O organismo inicialmente foi dirigido pelo cardeal alemão

Agostinho Bea. Esse órgão ecumênico se tornou um dos elementos mais dinâmicos da Cúria Romana. Uma de suas maiores tarefas foi estabelecer conversações que deveriam levar a uma representação oficial de todas as Igrejas cristãs ao Concílio. Elas já haviam sido convidadas para o Vaticano I, mas, na época, o convite exigia o reconhecimento, por parte dessas Igrejas, de seu erro e a necessidade de voltarem ao seio da Igreja-Mãe.

Para o Concílio Vaticano II, o procedimento foi totalmente diferente. As Igrejas não unidas a Roma foram convidadas como irmãs, com quem a Igreja estava ligada, em virtude de sua fé em Cristo e em seu Evangelho. Houve respeito pelo próprio ser dessas Igrejas e por sua maneira de viver. O que aproximava todas elas era o desejo comum de maior unidade. Assim, as Igrejas cristãs foram convidadas a enviar observadores, que assistiriam a todas as sessões do Concílio, embora sem direito de voto. Viriam como hóspedes do papa e não como pecadores arrependidos que deveriam retornar ao seio materno. O sucesso foi grande; no início do Concílio, 17 Igrejas ou organizações eclesiais estavam representadas.

A preparação e as discussões antes da abertura do Concílio

A consulta preliminar

Depois do inesperado anúncio do Concílio, João XXIII enfrentou os problemas iniciais no que se refere à preparação do evento. Depois de cinco dias de eleito, o papa havia comunicado a idéia ao cardeal Rufini. Este último já havia tratado do assunto com o cardeal Ottaviani durante o conclave que elegera João XXIII. O cardeal secretário de Estado, Domenico Tardini, depois de sua audiência com o papa em 20 de janeiro de 1959, resumiu o conteúdo do encontro: João XXIII estava pensando inserir três metas em seu pontificado: 1) um sínodo romano; 2) um *aggiornamento* do código de direito canônico; e 3) um concílio ecumênico. As três metas foram anunciadas aos 17 cardeais presentes no domingo, 25 de janeiro de 1959, na sacristia da Basílica de São Paulo Extramuros, em Roma.

Num clima repleto de espera e esperança, mas também de perplexidade e incerteza, seja na Igreja latina, seja no mundo cristão e, em geral, na opinião pública, foram tomadas as providências para a convocação da Assembléia conciliar. Após o anúncio, os cardeais reagiram com um impressionante e devoto silêncio. Os demais cardeais, 57, receberam a notícia por meio do secretário de Estado; apenas um terço reagiu ao discurso. Cardeais como Lercaro (Bologna) e Montini (Milão), futuro Paulo VI, ficaram bastante desconcertados.

Elaborou-se uma proposta de constituir uma “comissão” com uma secretaria que, antes de tudo, enviasse um questionário para a consulta dos bispos. Suas finalidades podiam ser constatadas em algumas partes específicas: as relações com os irmãos separados, o apostolado sacerdotal, as missões, os problemas de ordem moral e a doutrina social da Igreja.

Uma primeira hipótese de trabalho fixava como membros das comissões os secretários e assessores da Cúria Romana. A presidência das comissões foi confiada ao secretário do Santo Ofício, cardeal Alfredo Ottaviani.

Com o quadro anterior, a centralização ficava nas mãos do Santo Ofício, o que já havia sido constatado com uma sondagem do papa Pio XII com vistas em uma possível convocação conciliar. João XXIII, por sua vez, decidiu de uma outra maneira: confiou a presidência das comissões ao secretário de Estado, Domenico Tardini, e o secretariado ao monsenhor Pericle Felice, prelado da Sacra Rota Romana.

Após a nomeação, foram elencadas as suas tarefas: recolher as propostas do episcopado, dos dicastérios da Santa Sé, das faculdades de teologia e direito canônico; traçar as linhas gerais dos argumentos a serem tratados no Concílio; sugerir a composição dos diversos organismos destinados a cuidar da preparação dos trabalhos.

A primeira iniciativa da comissão foi redigir um questionário e enviá-lo às pessoas e entidades acima mencionadas para que pudessem comunicar sua opinião. O documento constava de cinco parágrafos, e os títulos revelavam o que se desejava para a futura assembleia: “*De veritate sancte custodienda: de sanctitate et apostolatu clericorum et fidelium; de ecclesiastica disciplina; de scholis; de Ecclesiae unitate*”. (Sobre o cuidado das santas verdades: sobre a santidade e o apostolado dos clérigos e dos fieis; sobre a disciplina eclesial: sobre a educação; sobre a unidade da Igreja). Logo essa direção foi substituída por um convite à livre expressão “*omni cum veritate et sinceritate*”, sem prender-se a esquemas predeterminados, mas oferecendo suas próprias considerações.

As respostas à consulta foram chegando, muitas com grande atraso. Foram 2.109 respostas. Eram 2.594 bispos, 62 faculdades e 156 superiores de ordens e institutos religiosos, todos incluídos na consulta. O material era vasto e de extrema variedade. A comissão antepreparatória o recolheu em volumes e o sintetizou em fichas: eram 8.972, publicadas no *Analyticus conspectus consiliorum et votorum quae ab episcopis et praelatis data sunt*.

A quantidade de textos trouxe à luz o pensamento dominante na Igreja pré-conciliar. A insistência sobre problemas canônicos e administrativos, a preocupação com a salvaguarda da doutrina tradicional, demonstravam a fragmentariedade das propostas, incapazes de oferecer novidades. Em razão da fragmentariedade das propostas era impossível apresentar um conjunto único. O cardeal Suenens, um dos

protagonistas do Concílio, afirmava de maneira severa que a impressão que se tinha, folheando esses textos, era de que as esperanças de reforma giravam somente ao redor da ordem canônica e litúrgica e que o vento inovador de Pentecostes não era sentido ali. Por outro lado, apareceram sugestões bastante oportunas: a reforma da Cúria Romana, proveniente de diversas partes; as notas eclesiológicas, de maneira especial sobre a colegialidade episcopal; as sugestões, dos bispos da América do Norte, de se tratar do tema da liberdade de consciência; a solicitude ecumênica dos bispos orientais; e alguma abertura no campo do *aggiornamento* da Igreja. Importante também foi a sugestão do bispo brasileiro Helder Câmara: tratar da questão social.

As comissões preparatórias e o secretariado para a unidade dos cristãos

No Pentecostes de 1960, o moto-próprio *Superno Dei nutu*, dava ao Concílio o nome de Vaticano II e instituiu dez comissões — 1) teológica, 2) administração das dioceses, 3) clero e povo, 4) sacramentos, 5) liturgia, 6) estudos eclesiológicos, 7) ordens, 8) Igrejas orientais, 9) missões, 10) apostolado dos leigos — e dois secretariados — 1) para os meios de comunicação social e 2) para a unidade dos cristãos. O secretariado para a unidade dos cristãos trazia uma contribuição para agilizar a participação de personagens que estavam fora dos muros do Vaticano. O secretariado e todo o desenvolvimento de suas atividades foram possíveis graças à iniciativa do jesuíta Agostino Bea, reitor do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, nomeado cardeal em 28 de janeiro de 1960, e de Lorenz Jaeger, arcebispo de Paderborn. O projeto de formar um organismo *pro motione oecumenica* ou *pro unitate christianorum* encontrou aprovação sem reservas do papa João XXIII, sendo um novo sinal do céu.

Com a finalidade de acompanhar e coordenar o trabalho das comissões preparatórias, foi constituída uma comissão central, presidida pelo papa. Seus membros, além do papa, eram os presidentes das dez comissões e outros cardeais, bispos e conselheiros selecionados com a supervisão do papa.

No dia 14 de novembro de 1960, a fase preparatória teve seu início com um discurso pronunciado pelo papa na Basílica São Pedro. No final de 1961, o número de pessoas que trabalhavam na preparação do Concílio chegava a 846. A maioria dos postos-chave era ocupada por membros da Cúria Romana e por professores das universidades romanas. A composição das comissões era internacional, mas com cerca de 80% de europeus. Antes de publicar o nome dos convocados para trabalhar nas comissões, pedia-se ao Santo Ofício para verificar se não existia nada em contrário em relação ao futuro membro da comissão.

A presença internacional era assim composta: 53 asiáticos, 17 africanos, 87 da América do Norte, 64 da América Central e do Sul e 11 da Oceania. As Igrejas orientais participavam com 48 membros, entre patriarcas, bispos, sacerdotes e religiosos.

Com a atualização do número dos participantes, realizada em 1961, ficaram assim configuradas as comissões: a comissão central contava com 92 membros (sendo 49 cardeais, 5 patriarcas e 4 superiores religiosos) e 28 consultores (1 patriarca, 8 arcebispos, 13 padres e 6 religiosos). As dez comissões preparatórias e os dois secretariados contavam com 299 membros e 280 consultores.

Em novembro de 1961, com os novos componentes das comissões, o resultado passou a ser este: 79 países representados, 174 italianos (25%), 82 franceses, 70 norte-americanos, 60 alemães, 45 espanhóis, 38 belgas (o país mais bem representado em relação à demografia populacional), 22 holandeses, 43 asiáticos (destes, 10 eram libaneses), 14 africanos (12 destes eram de origem europeia, mas residiam na África), 48 latino-americanos e 7 da Oceania. As Igrejas orientais unidas a Roma eram bem representadas: 48 patriarcas, bispos, padres e religiosos provenientes de 22 grupos étnicos diferentes.

Eram cerca de 300 bispos, 146 professores e 11 reitores de universidades, 44 responsáveis de instituições, 17 diretores de revistas ou de jornais e 353 religiosos (entre estes uns 60 cardeais e bispos) pertencentes a 70 ordens e congregações (na maioria eram jesuítas e dominicanos). O mais interessante e revelador foi que nessas comissões não figuravam um grande número de leigos, nem mesmo na comissão para o apostolado dos leigos. Outra ausência gritante está relacionada à pequena presença de mulheres, mesmo na comissão para os religiosos e religiosas.

O trabalho das comissões preparatórias

As comissões realizavam o trabalho de elaborar textos para serem submetidos à aprovação do Concílio. As redações consistiam em milhares de argumentos, fragmentados, muitas vezes sem importância. Prevalcia a orientação dos ensinamentos doutrinários e disciplinares dos últimos pontífices, especialmente de Pio XII.

Os textos preparados por essas comissões eram chamados de esquemas. Estes esquemas, em número de 70, foram reunidos em 119 opúsculos, num total de mais de 1.050 páginas. Em período conciliar, os esquemas são chamados de decretos, e os textos distribuídos aos padres em tempo útil, para que possam ser discutidos e eventualmente emendados, são chamados de cânones. O processo dos exames era o seguinte: 1) cada esquema a ser discutido era apresentado à congregação-geral por um relator designado pelo presidente da comissão interessada; 2) cada um dos padres que pretendesse intervir para aprovar, rejeitar ou emendar o texto apresentava o pedido ao secretário-geral, e, chegada a sua vez, expunha os motivos da sua intervenção, entregando, depois, por escrito, as eventuais emendas propostas. Aos padres pedia-se que não ultrapassassem os dez minutos na explicação do seu pensamento; 3) a congregação-geral, após a réplica do relator, exprimia seu voto sobre as propostas de emendas, julgando se deveriam ser rejeitadas ou, ao contrário, inseridas no

esquema; 4) se as emendas fossem aceitas, o relator, depois que o texto tornasse à comissão conciliar, deveria reapresentar a nova formulação ao julgamento da congregação-geral; 5) se o esquema emendado ainda não fosse aprovado em algumas de suas partes pela congregação-geral, dever-se-ia repetir o mesmo trâmite, para seu ulterior aperfeiçoamento.

O regulamento do Concílio

O regulamento conciliar era o que se poderia chamar o código do Concílio. Estabelecia as normas para o desenvolvimento do Concílio Vaticano II. Compunha-se de 3 partes, subdivididas em 24 capítulos e 70 artigos. A primeira trata das pessoas que participam do Concílio ou prestam o seu concurso para o desenvolvimento dele. A segunda parte fixava as regras a serem observadas durante o Concílio; a terceira indicava o modo de proceder aos trabalhos. O regulamento foi tornado público em 5 de setembro de 1962. Nos primeiros Concílios da Igreja não tinha havido regulamento, e procedia-se basicamente conforme as situações. Antes da abertura de Constança (1414), os teólogos pediram ao papa que fixasse algumas normas para melhor prosseguir os trabalhos. O Concílio de Trento (1545) abriu-se sem normas especiais.

Os quatro períodos do Concílio Vaticano II

1. Primeiro período do Concílio (11.10-8.12.1962)

A sessão pública de abertura do Concílio Vaticano II aconteceu no dia 11 de outubro de 1962. Participaram 2.540 padres conciliares com direito de voto na sessão de abertura, um número nunca antes alcançado. Este número sofrerá alterações para mais e para menos, dependendo do período conciliar. João XXIII atravessou a porta de bronze, sendo levado pela cadeira gestatória até o ingresso da Basílica São Pedro. Um novo concílio e uma nova simbologia. O papa não estava usando a tiara, e sim a mitra. O rito que se seguiu não trouxe grandes novidades: o canto do *Veni Creator* e a missa celebrada pelo cardeal decano, Tisserant. Em seguida, a entronização do Evangelho, a recitação do credo, a oração do Concílio *Adsumus*. O evangelho cantado (Mt 28,18-20 e 16,13-18), em latim, grego antigo, eslavo e árabe.

No discurso de abertura, *Gaudet mater Ecclesia*, o papa reafirmava a sua finalidade: aproximar as pessoas, no modo mais eficaz possível, ao sagrado patrimônio da tradição, levando em consideração as mudanças das estruturas sociais; não condenar os erros, mas mostrar a “validade da doutrina” da Igreja (*doctrinae vim uberius explicando*). Ao Concílio confiou a tarefa de aprender a conhecer a unidade querida

por Cristo na verdade (*conferee operam ad magnum compledum mysterium illius unitatis*). João XXIII convida a olhar com confiança as relações entre Igreja e mundo. O Concílio deveria percorrer a estrada do *aggiornamento* da fé às exigências do mundo. O papa concluiu com uma oração invocando a assistência divina.

Os padres conciliares, reunidos na nave principal da Basílica São Pedro, representavam o concílio mais universal de toda a história da Igreja. Os cinco continentes estavam representados. A Europa, absoluta durante a Idade Média, representava pouco menos da metade dos participantes com direito de voto (1.041); o continente americano, que não foi representado em Trento e muito pouco no Vaticano I, havia enviado 956 bispos; a Ásia mais de 300; e a África 379. A superioridade numérica dos italianos, que em Constança realizou a votação por nação e levou grandes tensões ao Concílio de Trento, havia sido cancelada: os 379 bispos italianos não chegavam a representar a quinta parte dos padres conciliares, ainda que os cardeais da Cúria e outros funcionários exercessem uma forte influência. A presença da imprensa e de todos os meios de comunicação era grandiosa, mas somente a partir da segunda sessão a imprensa foi admitida na *aula* conciliar. As notícias publicadas de maneira sintética constituem uma fonte histórica, mas devem ser utilizadas com cautela.

O Vaticano II não deve ser analisado somente com base em seu resultado final: os textos conciliares. A análise deve ser do conjunto: preparação, evento conciliar e pós-Concílio. A preparação dos textos, a votação e a publicação dos documentos são o resultado de grandes discussões entre as forças “conservadoras” e “progressistas”. O primeiro grupo, bastante fraco, tinha sua base na Cúria Romana; o segundo grupo era composto pelos bispos da Europa central e ocidental, da América do Norte e dos países de “missão”. De grande importância foram as conferências episcopais nacionais e regionais, grande parte delas constituídas somente no início do Concílio.

Na primeira congregação-geral (CG), no dia 13 de outubro, foi preciso eleger os membros das comissões conciliares. Além das dez fichas que indicavam dezesseis nomes, os padres conciliares receberam elencos daqueles que fizeram parte das comissões preparatórias, os quais, na sua maioria, eram candidatos da Cúria. Foram contra este procedimento o cardeal Liénart (Lille) e o cardeal Frings (Colônia). A eleição era importante, e os candidatos se conheciam pouco. Foi feito um pedido de adiá-la, e a proposta foi aprovada unanimemente.

As conferências episcopais se reuniram e prepararam as listas dos seus candidatos. A mais interessante foi a da Europa central e da França. Elencava candidatos de todas as partes do mundo. O episcopado italiano apresentou uma lista de 62 nomes, todos italianos. Dos 160 membros eleitos para as comissões, no dia 16 de outubro, 26 eram da América Latina, 25 da América do Norte, 19 da Ásia e da

Oceania, 7 da África; a Europa contava com 20 italianos, 16 franceses, 11 alemães, 10 espanhóis, 5 poloneses e 21 das outras nações. O peso italiano aumentou com a nomeação pontifícia de nove membros para cada comissão. Entre os dias 15 e 18 de outubro, João XXIII nomeou cinco subsecretários para o trabalho nas comissões conciliares, sendo que o *ordo* previa a nomeação de somente dois. Essas nomeações também aparecem como um interesse de internacionalização das comissões.

Esquema sobre a liturgia

O esquema da liturgia (16 de outubro, início da discussão) que foi aprovado pela comissão preparatória havia acolhido as idéias fundamentais do movimento litúrgico: os fiéis não devem *assistir passivamente* às funções sagradas, mas devem participar ativamente; não só escutar, mas pregar e celebrar juntos; deveria ser introduzida a língua “vernácula” na liturgia da palavra, na missa e na administração dos sacramentos. O texto ainda afirmava que deveria ser realizada uma reforma dos livros litúrgicos e a re-introdução, em determinadas circunstâncias, da comunhão sob as duas espécies. Essas questões trouxeram à luz o contraste entre tradicionalistas e progressistas. A favor do esquema pronunciaram-se os cardeais e os bispos dos países em que se difundiu o movimento litúrgico: os cardeais Frings (arcebispo de Colônia, Alemanha) Dopfner (arcebispo de Munique, Alemanha), Feltin (arcebispo de Paris, França), Lercaro (arcebispo de Bologna, Itália), Montini (arcebispo de Milão, Itália), Ritter (bispo de Saint Louis, Estados Unidos). Contra o esquema eram aqueles que se opunham à substituição do latim pelas línguas “vernáculas” e à atribuição de tais tarefas à conferência episcopal.

O cardeal Ottaviani lembrou a assembléia de que estavam sendo discutidas questões “sagradas” e propôs que o texto fosse reelaborado pela comissão teológica, da qual era presidente. Alguns bispos se declararam favoráveis a essa proposta, entre eles cardeal Ruffini (Palermo), os prelados da Cúria Romana Parente, Staffa, Dante e os americanos Spellman (arcebispo de Nova York, Estados Unidos) e McIntyre (bispo de Los Angeles, Estados Unidos). Outros importantes prelados desaprovaram a proposta: os cardeais Gracias (arcebispo de Bombaim, Índia); Rugambwa (bispo de Bukoba, Tanzânia); o chinês Lokuanga (bispo de Taipé). O bispo de Duschak di Calapan, Mindoro, nas Filipinas chegou a propor uma *missa ecumênica*.

Os bispos da América Latina, da Ásia e da África, mesmo tendo sido formados, grande parte, em Roma, revelaram-se na sua maioria progressistas devido à sua experiência pastoral. Algo difícil de acreditar começava a ser aceito pela maioria: a finalidade pastoral desejada pelo papa João XXIII para o Concílio.

Durante os debates sobre a liturgia foram apresentados muitos pedidos que já vinham sendo discutidos no movimento litúrgico: a adaptação das orações do breviário à espiritualidade do clero de todo o mundo; uma melhor escolha e divisão das leituras da Sagrada Escritura; a abolição das festas dos santos do

calendário litúrgico em favor do ano cristocêntrico; a reforma do calendário, da música sacra e da arte cristãs e a colocação da páscoa como ponto fixo. A votação do dia 14 de novembro aprovou com grande maioria dos votos (2.162 favoráveis, 46 contrários, 7 abstenções) uma nova elaboração do esquema levando em consideração as propostas apresentadas durante as discussões. A comissão era presidida pelo cardeal Larraóna e doze dos dezesseis componentes pertenciam ao grupo da Europa central. Antes do término da primeira sessão, o Concílio aprovou a primeira parte do novo texto da comissão (180 votos foram *placet iuxta modum*).

Esquema sobre as fontes da revelação

As discussões sobre o esquema da revelação, preparado pela comissão teológica (presidida pelo cardeal Ottaviani), também tiveram debates acalorados. A discussão girava em torno de duas importantes questões: era necessário afirmar, contra os protestantes, que são duas as fontes da Revelação: a Escritura e a Tradição. Era necessário afirmar que alguns eram dogmas fundamentados somente na Tradição ou afirmar que a única fonte da Revelação é a Palavra de Deus, que é alcançada através de dois canais, a Escritura inspirada pelo Espírito Santo e a Tradição transmitida pela Igreja? Esse tipo de afirmação agravaria a situação com os protestantes e ameaçava a reconciliação ecumênica. Além disso, abriu-se uma controvérsia entre os professores da Pontifícia Universidade Lateranense e os membros do Pontifício Instituto Bíblico. Diferentemente daquilo que havia acontecido com o esquema sobre a liturgia que suscitara a oposição dos tradicionalistas, agora eram os progressistas que protestavam. Alguns padres conciliares, entre eles os cardeais Frings, Dofner, König e Alfrink, refutaram completamente o esquema e propuseram um outro que já estava pronto. Outros, como os cardeais Suenens e Bea e o bispo de Bruges, De Smedt, solicitaram uma reelaboração completa e expuseram os pontos fundamentais que deveriam ser considerados no trabalho de revisão. O cardeal Gracias, arcebispo de Bombaim, solicitou uma nova revisão. Nela dever-se-ia afirmar que se poderia constituir base de anúncio do cristianismo toda a humanidade: cristãos e não-cristãos. O chinês Vito Chang Tso-Huan, seguindo uma observação do arcebispo de Berlim, Bengsch, interrogou sobre a possibilidade de se falar sobre a revelação original, a “proto-revelação”, antes daquela realizada por Abraão ao povo eleito.

Na opinião do bispo de Livorno, Guano, era preciso ressaltar a importância cristológica, sugerindo a reconstrução inicial e fundamental do capítulo sobre o duplo reconhecimento da centralidade do mistério de Cristo, por um lado, e o papel insubstituível da Escritura e da vida cristã para o concreto testemunho da revelação, por outro. O cardeal Urbani apresentou a proposta sobre o estilo do texto: deveria ser mais pastoral e ecumênico. Já o cardeal Ruffini afirmava que era indispensável uma exposição precisa sobre a natureza da revelação.

A comissão teológica, que havia preparado o esquema, demonstrou um repúdio às sugestões que foram elencadas anteriormente, porém o conselho de presidência decidiu realizar a primeira votação pedindo aos padres conciliares que votassem *placet* ou *non placet* ao item. A votação, que aconteceu no dia 20 de novembro sobre o esquema no seu complexo, a primeira desse estilo (depois de se ter esclarecido que aqueles que eram a favor da interrupção do exame do esquema deveriam votar *sim*), chegou ao seguinte resultado: 1.368 *placet*, 822 *non placet* e 19 votos nulos. Os opositores do esquema não conseguiram chegar à maioria dos dois terços, necessária para uma nova formulação. Contudo, havia ficado claro que o esquema, como havia sido redigido, jamais obteria a aprovação.

Essa situação, que não foi prevista pelo regulamento do Concílio, foi resolvida pelo próprio papa, que encarregou uma comissão mista presidida pelos cardeais Ottaviani e Bea para a reelaboração do esquema. Com tal presidência ficavam representadas ambas as tendências. Essa providência, num primeiro instante acolhida com bastante ceticismo, demonstrou-se eficaz: depois de longas discussões encontrou-se um meio-termo.

Esquema sobre os meios de comunicação

Nos debates sobre os esquemas relativos à liturgia e à revelação, as partes adversárias tiveram grandes e violentos desencontros. O Concílio passou a ter, no dia 23 de novembro (25 congregação), uma certa tranquilidade quando começou a tratar do esquema sobre os meios de comunicação (jornal, cinema, rádio e televisão) elaborado pelo secretariado dos meios de comunicação social. A comissão conciliar, presidida pelo cardeal Cento e seu relator, o arcebispo Stourm (Sens), recomendou a aprovação do texto, porém no debate o texto encontrou oposição: o esquema colocava em evidência de maneira unilateral o direito de a Igreja desfrutar dos modernos instrumentos de comunicação, mas dava pouco direito de as pessoas obterem uma informação objetiva e verdadeira e não condenava de modo duro a utilização abusiva dos meios de comunicação.

Alguns oradores, dentre eles o cardeal Wyszybsky e o bispo Charrière (Frigurgo), apresentaram propostas para um aprofundamento teológico, filosófico e sociológico. O bispo de Camerino, D'Avack, observou que o texto estava carregado de um moralismo e uma ingenuidade otimista. Outros acenaram para uma maior consideração e colaboração do laicato neste campo. O cardeal Bea propôs a fusão das agências católicas de informação numa única agência mundial. O bispo de Indore, na Índia, Simons, sugeria ao Concílio que não limitasse as reivindicações dos direitos só para os católicos, alargando em favor de qualquer pessoa, em particular sustentando a liberdade de cada um em seguir livremente a própria consciência no

âmbito das opções religiosas. Uma forte intervenção sublinhando a questão das diversidades culturais no setor dos meios de comunicação foi feita por escrito por um bispo do Burundi, Ntuyahaga.

No dia 27 de novembro, o Concílio aprovou, em grande maioria (2.138 favoráveis, 15 contrários e 7 nulos) a relevância do esquema, mas sugeriu uma redução e uma limitação a princípios doutrinários de fundo e uma direção pastoral. Apesar das discussões, ficava claro que o tema não era de grande importância para os padres conciliares, estes ainda não haviam percebido com clareza que se tratava de um problema pastoral de primeiro plano.

Esquema sobre as Igrejas orientais

Este esquema foi apresentado no dia 26 de novembro e, imediatamente se pode perceber que o trabalho preparatório havia sido realizado de maneira insuficiente. A comissão — presidida pelo cardeal Amleto Cicognani, depois secretário de Estado, e secretariada pelo padre Welykyi — havia preparado, além do esquema *De ecclesiae unitate*, outros 14 textos breves. A primeira parte do esquema, que tratava da unidade da Igreja sob a direção de um único pastor, continha pontos, como foi observado pelo patriarca Máximos IV, que se prestavam mais para irritar do que para conquistar os ortodoxos. O cardeal Bea propôs uma fusão entre o projeto apresentado e o elaborado pelo secretariado pela unidade dos cristãos. No dia primeiro de dezembro o Concílio decidiu enviar os textos para a comissão com o objetivo de fundi-los (2.068 votos favoráveis e 36 contrários).

A natureza e a estrutura da Igreja eram os temas centrais do esquema *De ecclesia*. Até aquele momento nenhum outro tema havia merecido tantas discussões. O esquema de 123 páginas ligava a visão da Igreja como instituição, idéia dominante a partir de Roberto Belarmino, com a concepção apresentada na encíclica sobre a Igreja de Pio XII. Os seus 12 capítulos, como observou no decorrer do debate o cardeal Montini, eram justapostos e não desenvolvidos de maneira coerente e orgânica. A doutrina da colegialidade episcopal era tratada superficialmente. Um dos tradicionalistas, o bispo de Segni, Dom Carli, defendeu o esquema e aproveitou a ocasião para criticar os “ecumênicos” e os “pastoralistas” que por medo de escandalizar circulavam ao redor dos dogmas e dos elementos fundamentais da piedade católica como um tabu. Outros criticaram o texto porque era carregado de juridicismo e triunfalismo (De Smedt, Bruges) ou lamentavam a falta de um aprofundamento sobre a relação de Cristo com a Igreja (cardeal Montini) e da doutrina da Igreja como Povo de Deus. Estes solicitavam que fossem completamente refeitos o esquema e uma nova ordenação da matéria antepondo a Igreja na sua natureza e na sua estrutura interna à Igreja na sua missão no mundo (cardeal Suenens). Assim, o esquema voltou para a comissão conciliar e deveria ainda percorrer um longo e tortuoso caminho até a redação definitiva.

No dia 8 de dezembro o papa suspendeu temporariamente o Concílio. Nenhum dos cinco esquemas discutidos estavam prontos para a publicação. João XXIII confortou os padres conciliares afirmando que era compreensível que para se chegar a um consenso seria necessário um tempo maior. A opinião pública ficou desiludida por não serem apresentados resultados concretos. Muitos católicos se escandalizaram com a discórdia dos padres conciliares, o que acontecera em todos os concílios anteriores.

Um resultado importante se podia constatar: o episcopado havia aprendido a prática da unidade, reconhecendo o Concílio como sendo seu, manifestando sua vontade de contribuir em cada decisão do dele. Se o Concílio tivesse sido encerrado naquele momento, já havia deixado marcada sua forte presença na Igreja. Querendo chegar a resultados concretos, deveria fixar as suas prioridades e reduzir, na extensão, os esquemas elaborados. Essas tarefas foram confiadas a uma comissão de coordenação instituída no dia 6 de dezembro pelo próprio papa. A comissão era assim composta: o presidente era o cardeal Cicognani (desde o dia 12 de agosto era o novo secretário de Estado no lugar do cardeal Tardini, que havia morrido) e os cardeais Confalonieri, Dofner, Liénart, Spellman, Suenens e Urbani. A comissão trabalharia em estreita ligação com a secretaria do Concílio e com as comissões conciliares, mas sempre em contato com os padres conciliares que o papa havia chamado para colaborar em uma carta do dia 2 de fevereiro de 1963. Os esquemas completamente reformulados foram apresentados aos padres conciliares no início de maio. Nesse momento começava a definição do Concílio. De fato, os padres conciliares tomaram a direção do Concílio. A retomada do Concílio estava prevista para o dia 8 de setembro, mas João XXIII não a veria.

A morte de João XXIII

No dia 3 de junho de 1963 morria o papa Roncalli. Grande foi a comoção em todo o mundo. O pranto era maior fora do que dentro da Igreja.

No seu breve pontificado, João XXIII, paralelamente ao Concílio, havia indicado em muitas encíclicas novos caminhos a serem seguidos. Na encíclica sobre as missões, *Princeps pastorum*, de 28 de novembro de 1959, pronunciou-se a favor do clero indígena e do apostolado leigo nas missões e aprovou a adaptação às culturas não-européias. A *Mater et magistra*, de 15 de maio de 1961, continuava a tradição das grandes encíclicas sociais, publicadas a partir de Leão XIII. Uma grande herança deixada por Roncalli foi a encíclica *Pacem in terris*, 11 de abril de 1963. Foram incisivas suas atitudes na Cúria Romana em relação à disposição sobre o sacro colégio: aos bispados suburbicários foram designados bispos residenciais. Os cardeais-diáconos receberam a sagração episcopal; na quinta-feira santa do ano de 1962, o próprio papa os consagrou. Em cinco consistórios o papa nomeou 52 novos cardeais, superando assim o número máximo de 70, fixado por Sisto V.

De acordo com o código de direito canônico vigente, o Concílio foi suspenso com a morte do papa. O arcebispo de Milão, Giovanni Battista Montini, eleito papa no dia 21 de junho de 1963, escolhendo o nome de Paulo VI, dissipou qualquer dúvida que poderia existir sobre a continuidade do Concílio, decidindo pela sua continuação.

Paulo VI, novo papa

Paulo VI era bem diferente de seu antecessor na origem, estrutura espiritual, formação e carreira. Seu pai era diretor editorial em Bréscia e havia sido deputado do partido popular. Montini estudou em escola pública em Bréscia e ali foi matriculado no seminário. Foi ordenado sacerdote em 1920, estudou direito canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. A partir de 1922, preparou-se para a carreira diplomática, prestou por um curto período serviços na nunciatura de Varsóvia (1923). A partir de 1924, desenvolveu por trinta anos sua atividade na secretaria de Estado do Vaticano. Depois da morte do secretário de Estado Maglione, o mais próximo colaborador de Pio XII, (1944), Montini e Tardini se tornam secretários para os negócios extraordinários. Paralelamente a essa função, Montini desenvolveu um trabalho pastoral na associação dos estudantes universitários e dos laureados (respectivamente FUCI e Laureados católicos). Foi nomeado arcebispo de Milão em 1954, sucedendo o cardeal Schuster. Trabalhou sempre no campo social. Durante a primeira sessão do Concílio fez somente duas intervenções. Junto com o cardeal de Bologna, Lercaro, considerado progressista, foi considerado progressista moderado. Seguiu a linha de João XXIII, mas diferentemente deste último conhecia bem a Cúria Romana, as oposições e rivalidades internas.

No dia seguinte à sua eleição, Paulo VI anunciava, por meio de uma mensagem radiofônica, a sua intenção de continuar o Concílio e fixou a data para reiniciar os trabalhos: 29 de setembro. Demonstrou suas intenções ecumênicas enviando um representante à celebração do jubileu de ouro do patriarca de Moscou, Alessio.

No dia 12 de setembro anunciou algumas modificações para abertura. Escolheu alguns cardeais como delegados-moderadores do Concílio, que receberiam a incumbência de dirigir as congregações gerais: Agagianian, Suenens, Dopfher e Lercaro. As prerrogativas dessa nova figura institucional foram apresentadas na sessão quinta e sexta da comissão de coordenação, as quais aconteceram nos dias 25 e 26 de setembro. A tarefa facilitaria um encaminhamento do Concílio e uma coordenação eficaz entre o papa e a assembléia.

2. Segundo período do Concílio (29.9-4.12.1963)

No discurso de abertura, no dia 29 de setembro, o papa elencou os objetivos do Concílio de maneira mais precisa que seu antecessor: 1) a exposição da doutrina da natureza da Igreja; 2) a reforma

interna da Igreja; 3) a importância da unidade dos cristãos; 4) o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo.

A necessidade de expor a doutrina da natureza da Igreja se faz importante, pois, além de se ter uma definição dada por ela sobre si mesma, teria também a compreensão do papel do episcopado e sua relação com o papa.

Depois de sua santificação interna, e só depois disso, a Igreja poderá mostrar seu rosto para o mundo inteiro afirmando: quem me vê, vê o Cristo. A tarefa era urgente: reformar, corrigir, esforçar para adequar-se ao seu divino modelo, que constitui o seu dever fundamental. O texto reconhece a acusação de que a Igreja é infiel ao pensamento do seu fundador.

A recomposição da unidade entre todos os cristãos é o outro grande objetivo do Concílio. Este tende ao ecumenismo. Hoje na esperança, amanhã na realidade. A assembléia conciliar precisa lançar uma ponte em direção ao mundo. A Igreja olha o mundo com compreensão, tem o propósito de valorizá-lo: não de condená-lo, mas de salvá-lo.

A primeira congregação-geral do novo período aconteceu no dia seguinte. O secretário explicou a nova edição do regulamento. Foram elaboradas até normas técnicas.

Esquema sobre a Igreja

O esquema sobre a Igreja reapresentado, agora reelaborado, articulava-se em quatro capítulos: a Igreja como mistério; sua estrutura hierárquica; Povo de Deus e leigos; e santidade da Igreja. No primeiro dia de debate o cardeal Frings propôs acrescentar no início do texto o conceito e o tema “Povo de Deus”, porque a hierarquia e os leigos formam, juntos, a Igreja; recomendou a introdução de um capítulo sobre a dimensão escatológica da Igreja e a inserção do texto sobre a mãe de Deus.

No dia primeiro de outubro foi realizada uma primeira votação sobre o esquema no seu conjunto, tendo como resultado uma maioria absoluta a favor da continuidade do exame sobre o esquema (2.231 votos favoráveis, 43 contrários). No decorrer do mês de outubro teve lugar o debate sobre cada um dos pontos do esquema. O cardeal Lercaro observou que *Corpus Christi mysticum* e Igreja visível não coincidem: todos os batizados pertencem, em certo sentido, ao corpo místico de Cristo sem serem necessariamente membros da Igreja católica visível. Essa discussão, de grande importância nas relações ecumênicas, logo foi colocada em segundo plano devido às discussões sobre o segundo capítulo: a estrutura hierárquica da Igreja. Essa discussão durou de 4 a 16 de outubro; 127 oradores apresentaram suas opiniões. O ponto fundamental para uma minoria formada sobretudo de membros da Cúria Romana era a doutrina de que o colégio episcopal, agindo em estreita colaboração com o papa, divide com este a responsabilidade e o poder nas relações com

toda a Igreja. Alguns oradores como o cardeal Siri de Gênova, presidente da conferência episcopal italiana, o arcebispo Staffa, secretário da Congregação dos Estudos, o arcebispo Parente, assessor do Santo Ofício, o bispo Carli de Segni, consideravam esta teoria um prejuízo ao primado papal e contestavam que ela tivesse fundamento bíblico e na tradição. O grupo oposto, o da “colegialidade”, cardeais Liénart e Léger, Bettazzi, bispo auxiliar de Bologna, sustentavam que o primado do papa havia sido colocado em evidência em numerosos pontos do esquema segundo a definição do Vaticano I e que a doutrina do colégio episcopal se sustentava na Sagrada Escritura na missão dos doze e no fundamento da tradição dos textos da consagração episcopal e em outros testemunhos.

Uma segunda questão que não foi debatida com tanta vitalidade foi a restauração do diaconato permanente. Com as definições do Concílio de Trento (1545-1563), o diaconato permanente foi considerado um grau intermediário para o sacerdócio. Com a escassez de sacerdotes, voltava-se a refletir sobre a figura dos diáconos.

O debate sobre o terceiro capítulo, Povo de Deus e leigos, ofereceu a oportunidade de chamar a atenção sobre a responsabilidade dos leigos, enraizada no sacerdócio comum e no que diz respeito à superação do clericalismo. Não faltaram vozes que viam na “reavaliação” dos leigos um perigo para a autoridade eclesiástica. E não faltaram aqueles que defenderam que este item deveria ser colocado depois do primeiro capítulo.

No quarto capítulo, santidade da Igreja, tratou-se da vocação à santidade de todos os batizados, considerando em particular a vida religiosa e os conselhos evangélicos. Faltava uma sessão sobre os sacerdotes diocesanos e sobre sua vida de santidade, diferente, não na finalidade, mas nos meios, daquela dos religiosos e leigos. O quadro-geral sobre a Igreja apresentado no esquema não parecia em nada com a realidade, segundo o cardeal Bea: não correspondia à realidade da Igreja peregrina.

O debate sobre o esquema relativo à Igreja durou o mês inteiro. A questão era: das emendas solicitadas, quais deveriam ser atendidas pela comissão de reelaboração do texto? Quais corresponderiam à maioria do Concílio? Para resolver essa dúvida o cardeal Suenens, moderador, anunciou na congregação-geral no dia 15 de outubro uma pré-votação sobre os quatro pontos controversos. Mas ela não foi realizada. No dia 23 de outubro o conselho da presidência, devido ao pedido dos moderadores, pediu que se revisse o texto referente à proposição de cinco (e não quatro) pontos: 1) se a consagração episcopal tem caráter sacramental; 2) se na comunhão com o papa e com os bispos cada bispo legitimamente consagrado é *ipso facto* membro do *corpus episcoporum*; 3) se o colégio episcopal (*corpus seu collegium episcoporum*) é sucessor do colégio dos apóstolos e se junto com o seu chefe, o papa, e nunca sem ele, tem o poder supremo sobre toda a Igreja; 4) se este poder é de direito divino; 5) se é oportuno, em relação às necessidades locais da Igreja, restaurar o

diaconato como grau de consagração distinto e permanente. As cinco questões não possuíam um caráter de determinações definitivas, mas referiam-se à futura formulação do esquema por parte da comissão.

O clima ficou tenso devido a uma forte propaganda, com panfletos distribuídos em frente à *aula* conciliar e/ou textos enviados por correio (os organizadores não tomaram nenhuma medida). Fora da Assembléia se realizavam várias reuniões e, entre os padres conciliares foi distribuído este panfleto, no qual se sustentava que votar para se inserir o texto seria votar contra a Virgem. Não se sabe com exatidão a origem do panfleto que trazia um texto contrário à inclusão no esquema. Somente no dia 30 de outubro votaram-se os cinco pontos. Os pontos 1 e 2 foram aprovados pela grande maioria, mas em relação aos outros três pontos os votos negativos cresceram: 1.808 favoráveis, 336 contrários; 1.717 favoráveis, 408 contrários; 1.588 favoráveis, 525 contrários. Apesar dessa situação, a futura aprovação de dois pontos — o diaconato permanente e a colegialidade — estava assegurada. A “crise” de outubro de 1963 havia sido superada. A congregação-geral do dia 30 de outubro de 1963 tomava um outro rumo, diferente daquele de outubro de 1962.

O contraste sobre a estrutura da Igreja influenciou a discussão do esquema relativo ao múnus pastoral dos bispos e o governo das dioceses, que ocupou nove congregações-gerais, do dia 5 a 15 de novembro. O esquema era resultado das fusões dos cinco textos da comissão preparatória e foi enviado aos padres conciliares no final de abril. Limitava-se às tarefas diretivas dos bispos: sua relação com as autoridades centrais de Roma, a posição dos bispos auxiliares, as conferências episcopais, a circunscrição e a reforma das dioceses e o poder e a administração das paróquias. É evidente que o esquema não partia das Igrejas locais, mas de cima para baixo. Depois de uma apresentação do cardeal Marella, presidente da comissão conciliar permanente, e depois de um breve debate geral, o esquema foi assumido (com 447 votos contrários) como base para uma futura discussão sobre cada um dos pontos. Enquanto alguns padres conciliares pretendiam que no primeiro capítulo se levasse em consideração a votação sobre a colegialidade, outros (Ottaviani, Carli) contestavam o caráter da votação de 30 de outubro. Os principais problemas se revelavam: a reforma da Cúria Romana, a composição e os direitos das conferências episcopais, a posição dos bispos auxiliares e o limite de idade para os bispos renunciarem à diocese.

Apesar de que estava claro para a grande maioria que a questão da reforma da Cúria podia ser revivida somente pelo papa, e não pelo Concílio, ainda assim, foram expressas muitas opiniões a respeito do tema. Para o exercício da colegialidade poder-se-ia dar vida ao conselho episcopal (Alfrink) — esse era o pensamento de muitos — podendo-se transferir para essa instância o direito de eleição para papa. Muitos oradores lamentaram a burocracia da Cúria sem fazer uma avaliação sobre a sua importância como depositária das experiências centenárias. O grande momento do debate foi quando o cardeal Frings solicitou

que o Santo Ofício, antes da condenação de uma doutrina ou de um livro, escutasse o ordinário competente e o acusado. O cardeal Ottaviani defendeu com grande firmeza o tribunal que presidia. O ataque do cardeal de Colônia deu um sinal da necessidade de uma reforma no Santo Ofício.

As conferências episcopais existiam na Alemanha desde 1848 e foram sendo introduzidas em outros países; as conferências da Itália e da França eram recentes. As conferências episcopais africanas se constituíram somente durante o Concílio, com um secretário-geral sob a direção do cardeal Rugambwa. A sua estrutura e as suas atribuições foram fixadas porque a elas foram atribuídas competências e o direito de tomar decisões sobre seus membros.

A doutrina de que com a consagração os bispos são membros do colégio episcopal, aprovada pela maioria no debate sobre a Igreja, fez com que os bispos auxiliares pedissem um melhoramento da sua posição de direito. Os bispos africanos se pronunciaram contra a nomeação de bispos auxiliares: temia-se que isso viesse a prejudicar a unidade do bispo diocesano. Também criticou-se a nomeação de bispos titulares com única e exclusiva finalidade pessoal. Uma outra questão: a idade; se o bispo é pastor e mestre da sua diocese, seria correto fixar o limite de idade para a aposentadoria (75 anos)? Exemplos de bispos idosos e doentes que refutassem as demissões seriam fáceis de serem encontrados; mas o papa do Concílio, João XXIII, não fora eleito para o pontificado com 77 anos? Porventura não estariam entre os conciliares homens de grandes idéias que já haviam ultrapassado os 80 anos? O elenco dos problemas não parava por aí: muitas eram as dioceses pequenas e desprovidas de recursos financeiros, outras, nas grandes metrópoles, que haviam crescido desordenadamente e com grande concentração populacional; atritos com as dioceses pessoais e de ritos orientais e com a organização dos capelães militares e, por fim, a penúria dos sacerdotes na América Latina. Um dos grandes pontos positivos destes debates foi que os bispos *conversaram* por muito tempo, o que era raro, sobre estes problemas que atingiam toda a Igreja. Foram 158 os oradores que apresentaram sua opinião sobre o assunto. O debate foi encerrado no dia 15 de novembro, sem votação. O esquema foi enviado para a comissão reelaborá-lo. Antes da conclusão da sessão, o moto-próprio *Pastorale munus*, do dia 30 de novembro de 1963, conferiu aos bispos diocesanos quarenta poderes, e a todos os bispos titulares, uma série de privilégios, mediante os quais a função do bispo aumentava de importância em relação ao poder central pontifício e, ao menos em parte, voltava a ter sua extensão originária.

O esquema *De oecumenismo*, discutido do dia 18 de novembro ao dia 2 de dezembro, havia sido preparado e composto conforme a decisão conciliar do dia 1º de dezembro de 1962, por uma comissão mista, formada por membros do secretariado para a unidade dos cristãos e da comissão oriental. O texto tratava dos princípios católicos do ecumenismo (cap. 1), da sua configuração (cap. 2), das relações com as Igrejas orientais e, de maneira breve, com as Igrejas protestantes (cap. 3), da posição dos judeus na história da

salvação (cap. 4) e da liberdade religiosa (cap. 5). O primeiro relator, cardeal Cicognani, apresentava as aspirações ecumênicas do Concílio como sendo de continuidade com quase todos os demais concílios: a paz e a unidade. O segundo relator, o arcebispo de Rouen, Martini, apresentou o esquema como algo absolutamente novo; o terceiro, o arcebispo de Belgrado, Bukatko, respondendo pelas Igrejas orientais, afirmava que o texto precisava ser melhorado.

No decorrer do debate foram sendo suscitadas algumas questões: o que é o ecumenismo católico? Não deveria a Igreja procurar uma ligação com o movimento ecumênico? A Igreja católica romana renunciaria a sua pretensão de ser a verdadeira Igreja e chamaria de “Igrejas” as comunidades eclesiais separadas?

O capítulo terceiro não agradou nem aos representantes das Igrejas orientais, nem aos observadores protestantes. Afirmavam, orientais e protestantes, que, de um lado, não fazia mais sentido — como havia sido feito no Vaticano I — convidá-los para retornar à Igreja católica e acentuar as diferenças existentes, mas que, de outro, não era conveniente esconder as diversidades doutrinárias que existiam. O esquema se dirigia aos católicos exortando-os a fazer de sua Igreja um modelo e uma contínua busca da perfeição cristã. Recomendava uma recíproca vontade de aprender a conhecer-se e uma disponibilidade ao diálogo, à oração comum para a unidade, mas não a comum celebração dos mistérios. Foram, especialmente, os cardeais Bea (Reitor do Pontifício Instituto Bíblico, Roma-Italia) e Jaeger (arcebispo de Paderbon, Alemanha) aqueles que deram a idéia condutora do capítulo terceiro. Receberam o apoio da grande maioria dos bispos, exceções foram encontradas naqueles para quem a palavra “ecumenismo” representava um perigo.

O debate revelou uma abertura no pensar ecumênico; as práticas, ainda modestas, são frutos dessas discussões. Outras controvérsias permaneciam sobre os dois últimos capítulos: sobre os judeus e sobre a liberdade religiosa. Sobre o judaísmo não se tratava somente sobre a história da salvação, mas também sobre questões do mundo contemporâneo: o anti-semitismo. Requeria-se uma explicação profunda que corrigisse os erros precedentes em relação à Igreja. Expressaram a sua desaprovação, sobretudo, os bispos de países árabes, defendendo a idéia de que uma tal explicação poderia ser interpretada politicamente como uma tomada de posição a favor do Estado de Israel. Temiam, assim, um desdobramento intrincado da sua já difícil situação. Desejavam ainda que fosse inserida uma palavra sobre o islamismo.

O capítulo sobre a liberdade religiosa foi defendido pelo seu relator, De Smedt (Bruges), contra as objeções de natureza teológica. Muitos padres questionaram se esses capítulos estariam no lugar certo. Essas dúvidas e a resistência do mundo árabe explicam por que, mesmo se no seu todo o esquema havia sido aprovado pela grande maioria como base de trabalho (1.966 favoráveis e 86 contrários), na votação de 21 de

novembro, sobre esses dois capítulos não se votou mais. Ficaram suspensos. Sobre seu conteúdo e sua colocação no contexto, encontravam ainda grandes contrastes.

No esquema sobre a Igreja e o ecumenismo o Concílio deparou-se com problemas decisivos para a autoconsciência da Igreja, mas não encontrou uma solução satisfatória. Mesmo assim, na conclusão dessa sessão, na terceira sessão pública, 4 de dezembro de 1963, foram promulgados dois textos: a constituição sobre a sagrada liturgia e o decreto sobre os instrumentos de comunicação social.

O esquema da liturgia, que havia sido reelaborado com base nas reuniões da comissão conciliar entre os dias 23 de abril e 10 de maio, foi votado novamente por capítulos, enquanto se discutia o esquema relativo à Igreja. Sobre os capítulos 2 e 3 (missa e sacramentos) foram apresentadas muitas reservas e precisaram ser refeitos. Só na votação conclusiva, no dia 22 de novembro, votou-se a constituição na íntegra, com o seguinte resultado: 2.158 votos favoráveis e 19 contrários. Na terceira sessão pública ela foi aprovada e proclamada pelo papa. Assim, foi aprovado o conceito de fundo *totius populi plena et actuosa participatio* no mistério pascal, ou seja, o conceito-base do movimento litúrgico. A consequência foi o poder, conferido às conferências episcopais, de autorizar que grande parte da liturgia da palavra da missa, em particular as leituras da Bíblia e a oração comum depois do ofertório, fosse nas línguas “vulgares” (vernáculo). Mas a língua latina, como língua litúrgica, não foi abolida da Igreja ocidental. Os textos da Sagrada Escritura e a homilia foram reconhecidos como sendo de grande importância e era preciso também se preocupar com o conteúdo do canto dos fiéis. Para ocasiões especiais foi concedido o direito de concelebração da missa por vários sacerdotes.

As normas de aplicação foram passadas para as conferências episcopais, com reserva de confirmação da parte da Santa Sé. Para a reforma dos livros litúrgicos, em particular do missal e do breviário, o papa constituiu uma comissão logo após o encerramento dessa sessão (25 de janeiro de 1964). A reforma litúrgica assim encaminhada rompia com o rubricismo de muitos séculos.

Embora não com a mesma unanimidade da constituição sobre a liturgia, também foi aprovado o decreto sobre os meios de comunicação. O novo texto precisou a posição da Igreja diante da imprensa, do teatro, do cinema, do rádio e da televisão, sem um grande aprofundamento teológico e sociológico; sentia-se a falta da elaboração de um texto sobre o direito do homem à informação, do dever de informar da parte do Estado e da Igreja. Alguns jornalistas falavam de um retrocesso, viam uma ameaça à liberdade profissional. No dia 17 de novembro, noventa padres conciliares apresentaram a proposta de ainda se fazer uma revisão do texto; não tiveram sucesso. Isso explica por que na votação conclusiva foram 503 os votos contrários, contra 1.598 favoráveis. É evidente que o decreto ainda permanecia num ambiente pré-conciliar, não se dando a

devida importância aos meios de comunicação. Mesmo assim, o documento é um avanço. Basta verificar as condenações e o tratamento negativo em relação aos *mass media* nos períodos anteriores.

No discurso de encerramento dessa sessão, Paulo VI afirmou que o resultado não correspondia a tudo que se esperava e, portanto, haveria muito trabalho ainda. No final do discurso comunicou, para a surpresa de muitos, sua peregrinação a Jerusalém, estando previsto um encontro com o patriarca Athenágoras. Sem dúvida, a peregrinação, que aconteceu entre os dias 4 e 6 de janeiro de 1964, e o encontro com o patriarca, acompanhados com bastante interesse pela opinião pública, consistiram, mais do que em palavras, num grande evento na direção do ecumenismo.

3. Terceiro período do Concílio (14.9-21.11.1964)

O terceiro período do Concílio foi aberto no dia 14 de setembro de 1964 com uma missa concelebrada por 24 padres conciliares, a primeira concelebração durante o concílio. Nesse período aconteceria a maior crise conciliar. A comissão de trabalho guiada pela comissão de coordenação havia desenvolvido seis esquemas que estariam nas próximas discussões: Igreja, episcopado, ecumenismo (os três temas principais do segundo período), revelação (tratada no primeiro período), apostolado dos leigos e a Igreja no mundo contemporâneo. Paulo VI já havia escrito sobre o último tema na encíclica *Ecclesiam suam*, de 6 de agosto de 1964, e concretizava-se a palavra de ordem de seu antecessor: *aggiornamento*.

O discurso de abertura, pronunciado no dia 15 de setembro, falou sobre a Igreja e recordou a necessidade de completar a doutrina do Vaticano I sobre o tema.

O novo esquema sobre a Igreja, que continha seis capítulos, recebeu outros dois: o capítulo 7 era sobre o caráter escatológico da Igreja, e o capítulo 8 sobre a Virgem Maria. No mesmo momento em que aconteciam as votações sobre os seis primeiros capítulos, acontecia o debate sobre os dois últimos. Os dois primeiros (mistério da Igreja; o Povo de Deus) foram aprovados sem grandes contrastes. Discussões acaloradas tiveram lugar durante a discussão do terceiro capítulo, sobre a estrutura hierárquica da Igreja. Para a votação, dos dias 21 a 30 de setembro, o texto foi apresentado por partes, em 39 sessões e para cada uma delas era necessário votar. Nas sessões sobre a colegialidade episcopal, que na sua forma atual havia sido defendida pelo arcebispo Parente e refutada por Franic (Spalato), os votos contrários foram mais de 300: era um grupo influente, que via no texto um perigo para o primado do papa. Muito mais numerosos, mas de diferentes proveniências, foram os 629 votos contrários à questão do diaconato permanente. Aprovados com grande maioria foram os capítulos 4, sobre os leigos, 5, sobre a vocação à santidade, e 6, sobre os religiosos. O capítulo 7, apresentado pela cardeal Larraóna, foi substancialmente melhorado nos debates dos dias 15 e 16 de setembro. Maior oposição teve o capítulo 8. Para alguns, o texto era minimalístico; outros, entre eles o

primaz da Polônia e os bispos espanhóis e italianos, recomendaram a inserção no texto de certas expressões: mãe da Igreja, medianeira. Os cardeais Bea e Frings apresentaram reservas sobre o tema, afirmando que era necessário permanecer no terreno dogmático.

Antes da votação desses capítulos, a discussão se fez ainda mais acirrada. O problema residia nas oposições sobre o segundo esquema, “a atividade pastoral dos bispos”. O texto proposto era o resultado da abreviação do esquema sobre o episcopado, debatido no segundo período, e da fusão com um projeto sobre a estruturação da pastoral (março 1964). O texto deveria ser discutido entre 18 e 22 de setembro. Carli (bispo de Segni, Itália) contestou a competência e a responsabilidade dos bispos no que diz respeito à Igreja universal, temas que eram a base do texto. Outros críticos, como o cardeal Léger (arcebispo de Montreal, Canadá) e numerosos bispos franceses, diziam que o texto era demasiadamente jurídico, clerical e incompatível com a realidade. Foram apresentados diversos pedidos para as emendas. O esquema novamente emendado foi apresentado para debate entre 4 e 6 de novembro, mas as intervenções relativas ao capítulo 1 (852) e ao capítulo 2 (889) foram tantas que o texto não pôde ser revisto até o final deste período.

As tensões continuaram e se acaloraram quando no dia 23 de setembro foi apresentado o tema da liberdade religiosa e no dia 25 a declaração sobre os judeus, que originariamente entravam no esquema sobre o ecumenismo. O bispo de Bruges, Smedt, informou que haviam sido elaboradas 380 propostas de emendas. Partindo da dignidade natural do homem, o decreto sustentava a liberdade de consciência no campo civil, mesmo quando a consciência erra. Os opositores compreenderam na sua exatidão o significado dessas afirmações. Rompia-se definitivamente com a ordem jurídica medieval, que exigia a eliminação dos heréticos mediante uma ação comum da Igreja e do Estado. No debate (de 25 a 29 de setembro) o cardeal Ruffini fez a seguinte pergunta: como pode a Igreja católica, que é a verdadeira Igreja e a verdadeira depositária da verdade, renunciar a promover esta sua verdade, onde possível, também com a ajuda do Estado? Tolerância: sim. Liberdade: não. O cardeal Ottaviani fez uma outra pergunta: com esta declaração não se anulariam as concordatas da Santa Sé com países (como a Itália e a Espanha) que concediam uma posição privilegiada à Igreja católica?

O esquema encontrou seus defensores, de modo especial no episcopado americano (cardeais Meyer e Ritter), mas também no arcebispo polonês Wojtyła, de Cracóvia, que reconhecia seu valor diante do totalitarismo comunista. O debate foi encerrado sem votação. O texto foi submetido a cinco componentes da comissão teológica e depois a uma nova elaboração confiada ao secretariado para a unidade dos cristãos.

A declaração sobre os judeus, apresentada, mas não debatida no segundo período, como capítulo 4 do ecumenismo, foi introduzida no dia 25 de setembro pelo cardeal Bea. Para contemporizar com os muçulmanos, o islamismo foi expressamente nomeado. Para alguns, o texto afirmava que os judeus, não o

povo judeu como entidade histórica, era absolvido da acusação de deicídio, 21 padres pediram o retorno à versão anterior do texto. Outros solicitaram o aprofundamento da exposição histórica da salvação (Frings, Lercaro, Heenan, Hengsbach) e a consideração sobre outras religiões monoteístas (Konig). A dificuldade maior permanecia sendo o equívoco político. Os Estados muçulmanos interpretavam a declaração como uma tomada de posição a favor do Estado de Israel e faziam fortes pressões sobre os bispos dessas regiões. O patriarca Máximos IV chegou a acusar os autores do texto de serem “vendidos”. Explica-se, dessa forma, por que o secretário-geral do Concílio, em carta do dia 8 de outubro ao cardeal Bea, pediu ainda uma outra revisão do texto que deveria ser realizada por um grupo composto de três membros do secretariado para a unidade dos cristãos e de três da comissão teológica.

Uma surpresa em tranqüilidade foi o debate sobre o esquema da revelação (de 30 de setembro a 6 de outubro). O texto havia sido revisto por uma comissão da qual faziam parte Philips, Ratzinger, Congar, Rahner e outros teólogos ilustres. Pontos de contraste foram aqueles relativos à infalibilidade da Bíblia e à historicidade dos evangelhos. Como na votação sobre o esquema da Igreja e no debate sobre a liberdade religiosa, também neste, a grande maioria concordava com as finalidades fixadas pelos papas João XXIII e Paulo VI. O grupo radical, ligado a Roma, era bastante influente, mas numericamente fraco.

Essa maioria encaminhou o Concílio, determinando o destino dos nove textos apresentados entre os dias 7 de outubro e 20 de novembro. Dois desses retornaram para as comissões: no dia 14 foi apresentado o texto sobre o ministério e a vida do sacerdote, composto de doze pontos. No dia 9 de novembro o esquema sobre as missões retornou, embora no dia 6 o papa havia esta do na *aula* e recomendado a sua aprovação. O esquema do apostolado dos leigos foi criticado porque não trazia as devidas conseqüências da doutrina do Povo de Deus, ou seja, a autonomia dos leigos, mas também porque não acentuava a responsabilidade e a espiritualidade deles. Pela primeira vez um leigo apresentou, no Concílio, sua opinião: Patrick Keegan Presidente do Movimento Mundial dos trabalhadores cristãos.

As diretrizes da reforma da vida religiosa (debatidas entre 10 e 12 de novembro) e sobre a educação cristã (de 17 a 19 de novembro) eram para muitos padres pouco concretas. Bem acolhidas foram as 22 proposições sobre a formação sacerdotal, que confiavam às conferências episcopais uma adaptação para cada região. A discussão reacendeu somente sobre a questão da autoridade dada a Tomás de Aquino no ensino filosófico e teológico.

O debate entre os dias 20 de outubro e 9 de novembro foi sobre o texto da Igreja e o mundo contemporâneo, que havia recebido o nome de texto de Zurique, pois a equipe havia-se reunido nesta cidade. Um esquema “romano” e um redigido em Malines (em francês) haviam precedido o texto apresentado. O esquema de Zurique, no qual havia colaborado B. Häring, tinha por base a teologia do serviço da Igreja ao

mundo (cap. 2), pobreza, guerra e áreas superpovoadas (caps. 3 e 4). No decorrer do debate, o cardeal Meyer afirmou serem necessários aprofundamentos teológicos, mas o texto foi aprovado pela grande maioria (1.576 favoráveis e 296 contrários) para o debate de cada ponto. Durante o debate o cardeal Lercaro propôs que o Concílio se pronunciasse sobre o tema *Igreja e culturas*. Um leigo, James Norris, apresentou bastante material sobre o assunto. A encíclica *Ecclesiam suam*, de 8 de dezembro de 1964, na sua terceira parte se referia ao diálogo da Igreja com o mundo e encorajava a prosseguir o trabalho.

O esquema sobre o matrimônio tratava em quatro capítulos os impedimentos para a realização do sacramento, os matrimônios mistos, o consenso matrimonial, a forma da celebração. O esquema foi introduzido pelo arcebispo de Bamberg, Scheneider, e discutido em aula entre os dias 19 e 20 de novembro, mas ao fim da congregação-geral de 20 de novembro, o cardeal Dopfner, na qualidade de moderador, propôs, em consideração da legislação sobre os matrimônios mistos que nos países pluriconfessionais se sentia como grande obstáculo à aproximação das confissões, que o voto fosse submetido ao papa para garantir a regulamentação o mais rápido possível. O Concílio percebeu que a questão era bastante difícil do ponto de vista jurídico e pastoralmente poderia ser levantada, mas não resolvida. As situações nos países eram diferenciadas. Assim, 1.592 padres foram favoráveis a esta solução e 427 contrários.

Dos nove textos discutidos entre o mês de outubro e novembro, somente um chegou a um final depois de um breve debate (de 16 a 20 de outubro): o esquema sobre as Igrejas orientais. O texto foi promulgado na quinta sessão pública.

Uma nova e áspera resistência, por parte da minoria extremamente ativa e influente no Vaticano, aconteceu quando se tratou do capítulo 3 do esquema sobre a Igreja. No dia 14 de novembro foi entregue aos padres conciliares um fascículo com os pedidos de emendas para os capítulos de 3 a 8, junto com as respostas da comissão teológica. Esse fascículo foi acompanhado de uma *Nota explicativa praevia*, que apresentava a doutrina do colégio episcopal desenvolvida no capítulo 3, não comprometendo a doutrina do primado papal. A Nota, como declarou o secretário-geral, provinha de uma “autoridade superior”, ou seja, do papa em pessoa. Assim, deveria favorecer a aceitação do texto por parte da minoria. O secretário afirmou que a nota não era parte constitutiva do texto.

A nota atingiu a sua finalidade: na sessão pública somente cinco padres votaram *non placet*. Reforçava-se a doutrina do primado do Vaticano I, mas não se cancelava nada sobre a origem divina do episcopado, nem da missão e responsabilidade do colégio relação em relação à Igreja universal.

Outra situação delicada foi comunicada no dia 19 de novembro pelo cardeal Tisserant: a votação anunciada do dia anterior sobre a declaração da liberdade religiosa estava suspensa. Na origem estava uma petição feita por duzentos bispos italianos e espanhóis que recorriam ao regulamento do Concílio pedindo um

tempo maior para estudar o texto. A votação foi adiada. A questão que se apresentava era a dificuldade de votá-la neste período. Neste momento e, não antes, viu-se muita excitação, irritação e emoção na aula conciliar. Muitos padres haviam abandonado o seu lugar e estavam em pé, discutindo em grupos de maneira acalorada.

Os bispos americanos fizeram uma petição que circulou rapidamente entre os padres; recolheram 441 assinaturas, pedindo que fosse votado ainda neste período o texto sobre a liberdade religiosa. Depois da conclusão da congregação-geral, os cardeais Meyer, Ritter e Léger se dirigiram ao papa e receberam a certeza de que a declaração seria o primeiro ponto a ser tratado na quarta sessão.

O papa enviou ao presidente do secretariado para a unidade dos cristãos quarenta propostas de mudanças no texto. O cardeal Bea, presidente, não conseguiu apresentá-las a todos os membros do secretariado por falta de tempo. Algumas modificações eram de estilo, nenhuma mudava de modo substancial o texto. No dia 21 de novembro o texto foi aprovado (decreto *Unitatis redintegratio*) com onze votos contrários.

Outro texto seria aprovado neste período, a constituição *Lumen gentium*. Constituía o vértice e o centro das decisões conciliares. Do ponto de vista histórico, concluía a procura da Igreja de sua própria natureza e de seu significado íntimo. Essa procura havia sido iniciada no final do século XIII, trazendo graves conseqüências aos concílios do século XV e em Trento e, não havia sido concluída no Vaticano I. À sua luz são interpretados todos os decretos do Concílio. A definição da Igreja como Povo de Deus rompe com o conceito institucional unilateralmente jurídico e com a concepção de que a Igreja se identificava com o clero e de que os leigos desempenhavam um papel passivo.

O diaconato permanente foi restabelecido. A Igreja se sentia menos militante e ainda menos triunfante, e mais peregrina e inclinada à sua plenitude escatológica.

E, por fim, a promulgação do decreto *Orientalium ecclesiarum instituta* promulgado na quinta sessão pública, que regulou essencialmente as questões práticas da vida eclesial comum (liturgia, administração dos sacramentos), mas desiludiu os orientais nos artigos de 7 a 9, sobre patriarcados: o ponto-chave de toda a questão oriental.

4. Quarto período e a conclusão do Concílio (14.9-8.12.1965)

No dia 4 de janeiro de 1965 Paulo VI que no início de dezembro havia participado do congresso eucarístico de Bombaim, fixou a data de 14 de setembro para o início do quarto período do Concílio. Na encíclica *Mysterium fidei*, de 11 de setembro de 1965, Paulo VI se manifestava contra a tentativa de

enfraquecer o dogma da transubstanciação eucarística e sublinhava em vários pontos que a Igreja não tinha nenhum motivo para renunciar à tradição.

Na abertura do quarto período, o papa surpreendeu o Concílio declarando que convocaria um sínodo episcopal, podendo assim colaborar com a Igreja universal. A colaboração do episcopado será motivo de alegria para a Santa Sé e toda a Igreja, podendo ser útil ao trabalho cotidiano da Cúria Romana. No discurso afirmava que a Igreja não tem seu fim em si mesma, mas está a serviço de todos. Deve fazer o Cristo chegar a todos os indivíduos e povo: essa é sua missão. Ainda, anuncia a sua visita à Organização das Nações Unidas (ONU).

No início do novo debate sobre a liberdade religiosa (15 de setembro), o relator De Smedt esclareceu, mais uma vez, que o texto não equiparava a verdade ao erro e não retirava do indivíduo a obrigação moral de procurar a verdade, mas contemplava a liberdade de cada denominação religiosa no campo civil. Na votação final (21 de setembro), 224 padres foram contrários. Depois de uma correção do texto, o número de votos negativos aumentou. No dia 19 de novembro foram 249 votos contrários. No debate o cardeal polonês Wyszyński e o cardeal tcheco Beran sublinhavam a importância da declaração para a Igreja da “cortina de ferro”: os atos da consciência não podem ser ordenados e nem negados por um poder simplesmente humano.

A máxima *cuius regio, eius religio* era não só historicamente superada pela doutrina da Igreja, mas refutada. As grandes questões tratadas nas discussões do tema explicam por que o texto foi aprovado para publicação somente no último período.

O decreto sobre o múnus pastoral dos bispos apresentava a doutrina do magistério episcopal exposta na constituição sobre a Igreja. Às conferências episcopais foi reconhecido o direito de produzir estatutos próprios. Os bispos foram autorizados a nomearem vigários episcopais com competências específicas ou territoriais. A votação de 6 de outubro chegou quase à unanimidade (2.161 votos favoráveis e 14 contrários; na sessão pública os votos contrários foram somente 2).

O decreto sobre a renovação da vida religiosa (*Perfectae caritatis*) foi reelaborado e apresentado com sucesso na votação de 11 de outubro; os votos contrários foram somente treze e na sessão pública somente quatro.

O texto sobre a formação sacerdotal trazia poucas reformulações devido a sua boa aceitação no terceiro período. O novo texto apresentado no dia 11 de outubro foi aprovado quase por unanimidade (2.196 votos favoráveis e 15 contrários). O decreto *Optatam totius* afirma, dentre outras tarefas, que as conferências episcopais devem preparar planos de estudo que sejam adequados ao nível espiritual e religioso de seu país.

A discussão da lei do celibato, solicitada pelos bispos latino-americanos, foi julgada inoportuna pelo papa, em carta ao cardeal Tisserant de 11 de outubro. Pouco antes, uma intervenção de um bispo brasileiro de origem holandesa, Pedro Paulo Koop (Lins, São Paulo), propunha, devido à escassez de sacerdotes, a ordenação de leigos casados há pelo menos cinco anos. A proposta foi rejeitada pelos moderadores.

A declaração sobre a educação cristã, *Gravissimum educationis*, mesmo reelaborada, encontrou notáveis críticas no debate de 17 a 19 de novembro (419 votos contrários). O arcebispo coadjutor de Estrasburgo, Elchinger, sublinhou a importância da formação dos professores e acenou sobre o perigo de o Estado impor nas suas escolas a sua ideologia aos alunos. A nova redação do texto, colocada em votação no dia 14 de novembro, obteve 1.912 votos favoráveis e 183 contrários. A declaração afirma (art. 7) que a maioria dos estudantes católicos frequenta escolas e institutos superiores leigos e que nestes também trabalham professores católicos.

A declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs, chamada frequentemente de declaração sobre os judeus, não conseguiu contentar a todos os opositores. As votações dos dias 14 e 15 de outubro teve 250 votos contrários e, na sessão pública, do texto inteiro, os votos contrários foram 88. Tudo o que foi cometido durante a paixão de Cristo não pode ser atribuído aos judeus de sua época e muito menos aos do tempo presente. A morte de Cristo tinha como causa seu amor pela humanidade e, assim, dessa forma a Igreja também declarava sua deploração ao anti-semitismo, execrando qualquer tipo de discriminação ou perseguição por motivos de raça e de cor, de condição social ou de religião.

O decreto sobre o diálogo inter-religioso reconhecia como ponto de contato com o islamismo seu monoteísmo, recordando as cruzadas em que os muçulmanos foram combatidos com a espada como pagãos, o texto expressa seu desejo de esquecer este passado. No que se refere ao hinduísmo, foi reconhecido como positivo que aqueles que o professam “sondam o mistério divino” e que no budismo a tensão para liberar-se, mediante a ascese, deste mundo caído revela sua importância. Para todas as religiões do mundo é de extrema importância o pensamento do texto quando afirma que a Igreja católica nada rejeita do que é a verdade que ilumina a todos.

Na sua homilia, Paulo VI, pronunciando-se sobre os cinco textos promulgados, afirmava: a Igreja está viva. Não é velha, mas jovem, prega, fala, cresce. O papa recordava a Igreja perseguida e com seus representantes concelebrou a eucaristia.

A constituição dogmática sobre a revelação, futura *Dei Verbum*, ainda deveria lutar contra a oposição de uma minoria desejosa do retorno ao Concílio de Trento. Essa minoria se reduziu quando, por desejo do papa, precisou-se a infalibilidade da Escritura. Novamente foi definida a relação entre Escritura e

tradição. A tradição é o magistério vivo da Igreja, o qual tem autoridade para interpretar e integrar a Escritura. São confirmados a doutrina da inspiração e o caráter histórico dos evangelhos. O documento no seu complexo obteve 2.081 votos favoráveis e 27 votos contrários; estes últimos na sessão pública caíram para 6 votos.

No decreto sobre o apostolado dos leigos apresentado no dia 9 de novembro pelo bispo de Essen, Hengsbach, foram inseridas as emendas requeridas entre 23 e 27 de setembro. No dia 18 de novembro chegou-se praticamente à unanimidade. Se o Concílio de Trento defendera o sacerdócio sacramental, o sacerdócio comum dos fiéis encontrou a sua afirmação de direito neste decreto.

A constituição sobre a revelação e o decreto sobre o apostolado dos leigos foram promulgados na oitava sessão pública, do dia 18 de novembro de 1965. Na alocução o papa procurou dirimir as preocupações advindas da proximidade do término do Concílio, recordando que as instituições pós-conciliares continuariam seus trabalhos e que o primeiro sínodo dos bispos estava previsto para 1967. Paulo VI pedia paciência para a reforma da Cúria e afirmava que o importante era a renovação da vida cristã.

Antes do encerramento do Concílio deveriam ainda ser examinadas três difíceis e delicadas questões: o decreto sobre as missões, sobre o ministério e a vida sacerdotal e o esquema 13 (o esquema sobre a Igreja no mundo contemporâneo ficará conhecido das suas primeiras palavras: *Gaudium et spes*).

O superior dos verbitas, Johannes Schutte, nomeado vice-presidente da comissão para as missões, com a ajuda de peritos (Congar, Ratzinger, Seumois), havia elaborado um novo esquema com base na nova ciência missionária, portanto um documento que privilegiava o futuro. No debate (de 7 a 12 de outubro) o cardeal Frings se pronunciou favoravelmente à manutenção do conceito clássico de missão, recebendo uma áspera crítica do superior-geral dos jesuítas, Arrupe. Alguns problemas permaneciam: a relação entre os religiosos, às relações com a congregação *De propaganda fide*, o financiamento, a concorrência com as missões não-católicas. Quando se deu a votação, 712 padres se expressaram afirmando que os missionários deveriam participar das decisões da autoridade central.

No terceiro período, o esquema sobre o ministério e vida sacerdotal havia sido enviado à comissão competente para as emendas. A comissão preparou um novo esquema que foi apresentado e recebeu 157 novas propostas de emendas. A votação, depois de refeito, aconteceu nos dias 12 e 13 de novembro, mas ainda não aconteceria a sua aprovação. Somente no dia 2 de dezembro foi aprovado pela grande maioria: 2.243 votos favoráveis e 11 contrários.

O decreto *Presbyterorum ordinis* não satisfaz todas as expectativas. O texto, junto com partes da constituição sobre a Igreja e a sobre a liturgia, apresenta a missão do sacerdote, a relação com o bispo, com os outros sacerdotes e com os leigos. A lei do celibato era aprovada e confirmada.

Uma dedicação maior requereu o esquema 13. O novo texto apresentado recebeu no debate entre os dias 21 de setembro e 8 de outubro numerosas e variadas críticas devido à grande quantidade de afirmações gerais, pela linguagem em alguns pontos evasiva, pelo seu enorme otimismo em relação ao mundo e pela sua fé no progresso, sobretudo porque se expressava pouco sobre o papel da Igreja no mundo. Konig lamentava a falta de uma exposição precisa sobre o ateísmo, em particular sobre o comunismo ateu. Houve um grande contraste de opiniões relativas a problemas concretos: guerra total, armas nucleares, desarmamento, objeção de consciência, paz. Evidente que o Concílio não estava em grau de oferecer respostas claras sobre questões dessa natureza.

A participação de Paulo VI na reunião da ONU no dia 4 de outubro teve como finalidade tornar visível o empenho da Igreja em relação ao diálogo com o mundo contemporâneo, mas apesar da importância desta visita, o acontecimento não mudou em nada a problemática, estruturalmente condicionada, desta organização, influenciada pelas grandes potências econômicas.

A comissão, articulada em dez subcomissões, trabalhou intensamente para preparar o texto. Eram mais de 3 mil propostas de emendas. O próprio nome, constituição pastoral, recebeu 541 *non placet*. O maior número de votos contrários, 140, receberam os artigos 54-56, sobre o matrimônio e o controle de natalidade. Na votação conclusiva, 6 de dezembro, sobre o esquema *De ecclesia*, recebeu uma grande maioria de votos favoráveis: 2.211, contra 252.

A constituição pastoral *Gaudium et spes*, o texto mais amplo de todo o Concílio, foi colocada como o “coração do Concílio” junto às outras três constituições. O documento é uma relação completamente nova da relação entre Igreja e mundo, relação de aproximação e não de distanciamento, como havia sido com o *Syllabus* de Pio IX (1864). Esta constituição foi recebida com entusiasmo, mas a sua história posterior tem demonstrado que o seu significado e a sua importância foram subestimados e que não se compreendeu quão profundamente o “mundo” que se queria ganhar para Cristo penetrou na Igreja. A Igreja permanece estática diante da modernidade, ainda não encontrou caminhos adequados para um verdadeiro diálogo.

Quando o secretário-geral do Concílio, na congregação-geral de 6 de dezembro, anunciou que aquela (168) era a última sessão do Concílio, um sonoro e vigoroso aplauso. O Concílio, para os padres conciliares, havia cumprido seu trabalho. Na sessão pública do dia 7 de dezembro foram promulgados os seguintes documentos: *Gaudium et spes*, *Dignitatis humanae*, *Ad gentes* e *Presbyterorum ordinis*.

Numa declaração comum, o papa e o patriarca ecumênico revogaram a excomunhão recíproca de 1054. Na sua homilia, Paulo VI admitiu que muitas questões ainda estavam ficando à espera de uma conveniente resposta. Por outro lado, afirmou que o Concílio havia conseguido realizar a finalidade

assinalada pelo papa João XXIII. Seu principal propósito não era *ad intra*, ficar olhando para si mesma, mas, *ad extra*, estando a serviço da humanidade.

No dia 8 de dezembro, numa grande cerimônia na praça São Pedro, o Concílio foi encerrado. Foram lidas mensagens, em francês, para governantes, artistas, intelectuais, mulheres, pobres, doentes, trabalhadores e jovens.

O Concílio Vaticano II foi um evento mundial. Foi um evento na história da humanidade? Essa pergunta pressupõe uma reflexão sobre os seus efeitos, o pós-Concílio. O texto a seguir procurará analisar a temática na América Latina, mais especificamente no Brasil.

Rumo ao Vaticano III

Não é uma tarefa fácil realizar uma análise geral do Concílio Vaticano II. Como historiador, é possível analisar o presente, olhando para o passado na perspectiva do processo de continuidade histórica e, assim, traçar algumas projeções e esperanças para a Igreja no terceiro milênio.

Dois concílios foram realizados na Idade Contemporânea: Vaticano I (1869-1870) e o Vaticano II (1962-1965). Ambos parecem descrever contornos de um percurso bastante complicado. De qualquer maneira, se se quer avaliar e analisar, é necessário ser provocativo. Numa história de continuidade, e não de rupturas, pode-se afirmar que a Idade Média teve seu prosseguimento até os últimos anos do século XIX e, que, vários de seus aspectos tendem a renascer com uma roupagem de início de milênio. Um deles é a centralização. Outro, aliado ao anterior, é o aspecto *ad intra* da instituição, o qual traz um prejuízo enorme à ecumenicidade.

A evolução histórica é caracterizada dentro de uma redução da ecumenicidade dos concílios: de universais a ocidentais, de ocidentais a romanos. A hegemonia do serviço à fé vivida na comunidade parece ter sido, aos poucos, substituída pela funcionalidade da instituição eclesial.

Ao analisar o próprio Concílio e as suas contribuições para a Igreja e, neste ponto, para a América Latina, detecta-se que ao mesmo tempo o evento trouxe ares novos e oportunidades de se traçar um caminho alternativo, mas também frustrou ao não colocar no centro dos debates questões que não são só latino-americanas, mas mundiais: o empobrecimento da população e as expectativas dos fiéis católicos de uma Igreja inserida diretamente no mundo, dialogando.

O problema desses diálogos é que na maioria das vezes se dão com grande atraso. O Vaticano II foi ao encontro da modernidade ocidental, preferencialmente da européia, que vivia sua expansão no pós-guerra, mas que em 1968 iria ser fortemente contestada pelos jovens e denunciada por suas injustiças sociais.

É exatamente neste momento que a Igreja na América Latina dará um passo adiante. Em 1968, acontece em Medellín a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano, um grande passo na denúncia do pecado social e na proclamação da necessidade de uma libertação integral, assumindo a opção preferencial pelos pobres. A Conferência foi sim impulsionada pelo Concílio e também pela Teologia da Libertação, nascente no Continente da Esperança. Teologia não-imitativa, mas criativa. Mais do que uma simples aplicação do Vaticano II, Medellín foi a releitura da realidade econômica, política e eclesial com base nos excluídos.

O movimento da Ação Católica colocava em debate a relação entre leigos, religiosos e sacerdotes, abrindo assim um pequeno, mas importante, espaço na vivência da teoria conciliar da Igreja como povo de Deus. Daí partindo a reflexão para os diversos ministérios na comunidade eclesial e o protagonismo dos leigos (temas tratados em Puebla e pela CNBB no documento 62). Os pronunciamentos da CNBB e suas diretrizes foram um testemunho irradiante, mas trouxeram também ambigüidades.

Entre 1968 e 1979, de Medellín a Puebla, numa década fecunda, setores católicos, por meio de suas pastorais, CEB's e sua reflexão teológica, tiveram um papel pioneiro. No Brasil, isso se deu num contexto de repressão política, em que parte da Igreja foi a voz dos sem voz, denunciando a tortura realizada pelas ditaduras militares.

O diálogo com outras religiões é marca característica do pontificado de João Paulo II, vários foram os encontros realizados, como o de Assis, buscando a reconciliação. No campo teológico, não acontece o mesmo. As sanções criam um clima amistoso nas relações inter-religiosas que já foram mais favoráveis nos tempos próximos ao Vaticano II.

No ano de 1980 o metropolitano ortodoxo de Calcedônia, Melitone, propôs o fim do dogma da infalibilidade em um Vaticano III. Diante disso, é evidente que o Concílio Vaticano II trouxe a Igreja para dentro do mundo moderno, podendo oferecer uma maior contribuição para o diálogo com a sociedade. Tudo isso será possível se não ela cair na tentação de retornar à sua antiga paixão: o medievalismo. Pior do que a tentação medieval é aquela de uma Igreja, em qualquer tempo histórico que estiver, desenraizada de sua origem cristã e concentrada em suas tarefas presentes. Os passos do Vaticano II foram largos, mas ainda deixaram algumas lacunas e, por isso, surge a necessidade de continuar indagando. Estamos às vésperas do Concílio Vaticano III? Ou teria o Vaticano II oferecido soluções para questões como: 1) democratização na rede das Igrejas católicas, retornando à eclesiologia do primeiro milênio, juntamente com a cooperação, a solidariedade e a ajuda subsidiária, tornando-se uma comunhão real de Igrejas locais? 2) Opção radical de viver e ser solidário com os empobrecidos e oprimidos. Diante de uma sociedade que militariza sua economia, qual seria a opção definida da Igreja? 3) Ainda, teria o Vaticano II solucionado a questão das crenças religiosas? Em que Deus nós acreditamos? Um Deus "tribal" e sectário ou no Deus de todas as

nações? 4) E ainda, justiça quanto ao gênero: O Vaticano II abordou com profundidade a questão da democratização na Igreja, a opção de viver com os rejeitados e a sincera revelação de Deus, além daquela da tradição judaico-cristã? Ter-se-ia a necessidade de se infiltrar nas experiências femininas e masculinas e clarear os limites apresentados para que as Igrejas individuais possam delinear as conclusões necessárias? 5) Ministros para as missões: o mencionado anteriormente necessita de uma renovação no serviço ministerial para a missão, ordenado ou não? Entram mais uma vez aqui os princípios e os limites apresentados pelo Concílio e todas as conseqüências práticas das conferências nacionais e regionais. 6) Fé e cultura: no século XXI seria necessário se tornar uma comunhão de Igrejas de diversas culturas?

Tudo o que foi apresentado no parágrafo anterior são perguntas para a análise e reflexão. O Concílio Vaticano II conseguiu tratar essas questões? Seria necessário um novo concílio? Se a posta for positiva, seriam necessárias algumas últimas observações que são também para reflexão. Para que todas essas e outras questões sejam tratadas por toda a Igreja, Igreja como Povo de Deus, são necessários alguns passos: uma parte importante no papel do episcopado é escutar. O Vaticano III será inútil se os bispos não facilitarem de fato as reuniões para escutar os fiéis. Os próximos representantes do Concílio deverão ter uma forma de imersão no meio das comunidades, de tal modo que, enquanto fazem parte do Concílio, nos países em desenvolvimento, devem ser recepcionados e estar entre a população, especialmente os empobrecidos. Se for somente um grupo de celibatários, autorizados a decidir o futuro da Igreja, as esperanças são mínimas na renovação e na inserção no mundo moderno.

No contextualizar historicamente o Concílio Vaticano II após quarenta anos de sua realização, rumo a um possível Vaticano III, faz-se necessário concluir com o desejo que se espera para toda a Igreja, no pensamento de Paulo: “Cristo nos libertou para que pudéssemos ser livres” (Gl 5,1).